

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS GRAJAÚ
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS / GEOGRAFIA

NAIARA ALMEIDA RIBEIRO

**REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS NA
SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO TIA MARIA
FEITOSA**

Grajaú-MA
2017

NAIARA ALMEIDA RIBEIRO

**REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS NA
SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO TIA MARIA
FEITOSA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Geografia da Universidade Federal do Maranhão-Campus Grajaú, para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas/Geografia.

Orientadora: Prof.^a M.^a Patrícia Costa Ataíde

Grajaú-MA
2017

NAIARA ALMEIDA RIBEIRO

**REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS NA
SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO TIA MARIA
FEITOSA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Geografia da Universidade Federal do Maranhão-Campus Grajaú, para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas/Geografia.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Patrícia Costa Ataíde (Orientadora)
Mestra em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Ramon Luís de Santana Alcântara
Doutor em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a. Jaciara da Silva Arruda
Especialista em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Grajaú-MA
2017

Dedico este trabalho ao meu amado irmão William Almeida Ribeiro por ser meu espelho de superação e foi por ele que busquei este tema.

Ao meu esposo e a toda a minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me abençoar e por me dar Fé e coragem durante toda esta caminhada.

À Universidade Federal do Maranhão, Campus Grajaú, pelo ambiente amigável e competente e todo corpo docente e administrativo, por serem compromissados com uma educação de qualidade.

Ao curso, que foi lapidando este diamante bruto e os conhecimentos adquiridos em toda essa jornada.

Aos meus ilustres professores, pessoas incríveis, por terem me feito aprender e por suas dedicações em ensinar e proporcionar conhecimentos e por suas experiências no processo de formação profissional, mestres da vida, da minha vida.

Aos meus colegas da turma 2011.2, que proporcionaram momentos sublimes na minha vida acadêmica, e juntos construímos saberes para vida profissional.

As minhas confidentes e maravilhosas amigas “Divas”, cinco anjos que Deus colocou em minha vida; Alcilene por sua doçura, Daniely por sua franqueza, Cristiane pela sua luta, Regina por ser mãezona e o que seria de nós sem suas 14 línguas, e Sylvania por seu brilho e a certeza que irá vencer, amigas de todas as horas que levarei para sempre em meu coração e por toda a minha vida.

Aos meus familiares, meu pai e minha mãe por acreditarem em mim, terem orgulho da minha dedicação e sempre estarem ao meu lado. Aos meus irmãos, por seus carinhos e apoio sempre; aos meus irmãos que não moram perto de mim mas que me abraçam constantemente através de suas lindas mensagens de carinho e apoio. Aos meus queridos sobrinhos por me fazerem sorrir nos momentos de tristeza. Ao meu amado irmão Jose Willikys Almeida Ribeiro (*In Memoriam*), que sempre me chamou de “Neguinha” e daquele beijo na testa que sinto tanta falta. Ao meu irmão William Almeida Ribeiro que é fruto essencial deste trabalho, que é por ele que busco ser um ser humano melhor e justo.

Ao meu digníssimo esposo Antonio Augusto Teixeira, que com seu amor e carinho sempre está a meu lado me ajudando, e nunca permitiu que eu desistisse nas horas em que fraquejava.

Agradeço também à minha querida amiga Daniele Ramos por sua dedicação em ajudar-me e pelo brilho nos olhos quando falamos de educação especial.

Agradeço em especial à minha orientadora, Professora Patrícia Ataíde que acreditou em mim desde o momento em que apresentei o projeto de pesquisa, ajudou-me na busca de conhecimentos, incentivando-me dizendo que eu posso e que com Deus podemos tudo, foi através da sua dedicação para comigo que busquei sentimentos em mim que jamais pensei que existia.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para este sonho se tornar real.

RESUMO

O referente artigo tem como objetivo analisar as práticas pedagógicas nas salas de Atendimento Educacional Especializado. A educação especial segue um padrão de evolução, em que, primeiramente há o momento de segregação e exclusão onde as pessoas são evitadas, ignoradas, abandonadas. Em seguida, tem-se o momento da modificação do olhar para com essas pessoas, estas são vistas como possuidoras de capacidades, mesmo que limitadas, como a aprendizagem, e é isto que buscamos abordar neste estudo, sobre o atendimento educacional especializado e a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular. O referido estudo é proveniente inicialmente de pesquisa bibliográfica, em seguida fez-se uma pesquisa qualitativa com abordagem fenomenológica sobre a temática, findando com uma pesquisa de campo numa creche e pré-escola da rede pública municipal com o intuito de analisar como acontecem as práticas pedagógicas no AEE. Foram usados como instrumentos de coleta de dados questionários e entrevistas. Os achados deste trabalho nos levaram a perceber que o Atendimento Educacional Especializado é uma alternativa de oferecer uma educação voltada para a realidade, necessidades e potencialidades de alunos com deficiência que precisam de um apoio maior no que tange ao seu processo de aprendizagem e as professoras se dedicam em suas práticas pedagógicas, como forma de incluir os alunos que precisam de um atendimento educacional especial. Portanto, o que se deve fazer, principalmente, é conscientizar a comunidade sobre a importância do AEE, sua função e contribuições para desmistificar a suposta incapacidade de aprender dos alunos com necessidades educacionais especiais.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento Educacional. Educação Especial. Inclusão.

ABSTRACT

The related article aims to analyze the pedagogical practices in rooms of Educational Service Specialist. Special education follows a pattern of evolution, in which, first there is the time of segregation and exclusion where people are avoided, ignored, abandoned. Then there is the time of change of look at these people, these are seen as having capabilities, even if limited, such as learning, and this is what we address in this study on the specialized education and inclusion people with disabilities in mainstream education. The study comes originally from literature then did a qualitative research with a phenomenological approach to the theme, ending with a field research in a nursery and pre-school municipal public in order to analyze how happen practices teaching in the ESA. They were used as instruments for collecting data questionnaires and interviews. The findings of this study led us to realize that the Educational Specialized care is an alternative to providing an education to the reality, needs and potential of disabled students who need more support with regard to the learning process and teachers are They engaged in their teaching practices as a way to include students who need special educational services. So, what to do, mainly, is to educate the community about the importance of ESA, its function and contributions to demystify the supposed inability of learning of students with special educational needs.

KEYWORDS: Educational Service. Special education. Inclusion.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Organização das salas de AEE da sede.....	19
Quadro 2:	Implantação das salas polos na zona rural.....	19
Quadro 3:	Atendimento pela equipe multidisciplinar durante o ano de 2015.....	20
Quadro 4:	Triagem de alunos novos na sede.....	20
Quadro 5:	Triagem dos alunos da zona rural.....	20

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CENÁRIO NACIONAL.....	11
2.1	A educação inclusiva no Brasil.....	11
2.2	A educação inclusiva no Maranhão.....	17
2.3	O atendimento educacional especializado em Grajaú-MA.....	18
3	O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA SALA TIA MARIA FEITOSA	27
3.1	Caminhos metodológicos e universo da pesquisa.....	27
3.2	Resultados e discussões.....	28
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
	REFERÊNCIAS.....	35
	APÊNDICE A.....	38
	APÊNDICE B.....	40
	APÊNDICE C.....	41

1 INTRODUÇÃO

A educação especial tem caminhado historicamente no sentido de garantir o seu papel no processo de transformação da sociedade. Especialmente em relação à educação especial, esta busca tem se pautado em diferentes concepções teóricas, legais e principalmente, de discursos com o objetivo de contribuir para a ascensão mais notória de uma educação que inclua as pessoas com necessidades especiais no âmbito educacional.

A elaboração e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 foi um passo significativo para a Educação Especial, pois “vivia-se um claro momento de transição na área de educação especial, com novos papéis indicados para os serviços da área, porém, de todo modo, com a presença ampliada dos alunos com necessidades especiais nos diferentes espaços escolares” (FERREIRA, 2006, p. 91).

Dentro dessa discussão, é importante destacar que uma inclusão plena só ocorrerá a partir de uma modificação na sociedade, em que ela também passa a entender as necessidades de todos os seus membros, tendo um maior acesso ao arcabouço legal e teórico e os discursos sobre inclusão e diversidade passam a ser vivenciados como ações efetivas a partir das políticas públicas, sendo que passa a se evidenciar que inúmeras providências que não devem se restringir apenas ao aspecto político, mas que privilegiem a construção de uma escola que acolha a todos sem discriminação.

Nesse aspecto, o problema evidenciado neste projeto refere-se a como ocorrem as práticas pedagógicas nas salas de Atendimento Educacional Especializado na rede pública de ensino de Grajaú-MA? Haja vista que atualmente cerca de 212 pessoas (Grajaú e Alto- Brasil) estão classificadas como portadores de necessidades especiais e mais de 180 destas pessoas frequentam salas de aulas adaptadas dentro do ensino regular, contando com um apoio educacional e psicopedagógico dentro dessas instituições, que também englobam a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

De acordo com informações preliminares, cerca de 04 escolas da Rede Municipal de ensino possuem salas de AEE, seja como uma sala de educação especial, ou como um contra-turno para alunos com necessidades especiais e que também estudam na Educação Regular. Sobre a formação dos professores, além

das formações específicas que possuem, devem ter uma capacitação para atuarem na Educação Especial. Para a realização desta pesquisa, foram escolhidas 02 escolas que possuem salas de Atendimento Educacional Especializado, para tanto, selecionamos 03 professoras que trabalham nestas escolas para uma entrevista aberta, em que estas nos relataram sobre suas atuações.

O interesse pelo tema se deu por conviver no cotidiano com indivíduos com necessidades especiais que frequentam instituições escolares e pela preocupação em entender, enquanto acadêmica do curso de Geografia, como são propostas estratégias de aprendizagem geográfica diferenciadas para estes alunos, dadas suas limitações.

Outra preocupação está na formação dos professores, sendo importante a reflexão se esta formação contempla o respeito à diversidade e especificidades de cada indivíduo e como tornar o processo de construção de conhecimento mais relevante e inclusivo.

Torna-se importante que se analise a função social da escola nesse processo, destacando em especial, a complexidade da prática pedagógica dentro da discussão sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais, além disso, deve-se evidenciar a importância da formação do professor para a Educação Especial e Inclusiva, a questão da diversidade e heterogeneidade dos alunos, bem como outras questões que envolvem a temática, em que uma dessas diz respeito às práticas pedagógicas desenvolvidas e em quais condições ocorrem.

Diante disto, surgem alguns questionamentos: Como pensar uma Educação Especial e Inclusiva em um contexto educacional em que ainda não dá condições para que ela ocorra? De que forma ocorrem as práticas pedagógicas nas salas de Atendimento Educacional Especializado em Grajaú-MA? Como a formação educacional pode ser determinante para o estabelecimento de um Educação Especial e Inclusiva na rede municipal de Grajaú-MA?

O estudo teve como objetivo geral analisar as práticas pedagógicas nas salas de Atendimento Educacional Especializado. E como objetivos específicos identificar de que forma ocorrem as práticas pedagógicas na Educação Especial e Inclusiva, dando ênfase ao AEE; verificar como a escola e os professores lidam com a Educação Especial e os desafios impostos para a sua implantação efetiva; avaliar como o Atendimento Educacional Especializado é visto pelos professores da

Educação Especial e Inclusiva enquanto mecanismo diferenciado para a aprendizagem de pessoas com necessidades especiais.

Para a realização da pesquisa fez-se primeiramente uma revisão bibliográfica sobre o tema pesquisado, em seguida, realizou-se uma pesquisa qualitativa com abordagem fenomenológica. Para a coleta de dados, realizamos primeiramente, uma entrevista aberta com 03 professoras, depois aplicamos 01 questionário com 02 professoras. Os dados foram mantidos com critério de confidencialidade para que não se expusessem os colaboradores do estudo.

Para melhor contextualização do tema, o artigo foi dividido em dois capítulos: o primeiro aborda a educação especial no cenário nacional, no âmbito nacional (Brasil), estadual (Maranhão) e municipal (Grajaú), o segundo capítulo retrata o atendimento educacional especializado na sala Tia Maria Feitosa, onde aborda-se a metodologia da pesquisa e os resultados e discussões da pesquisa de campo.

2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CENÁRIO NACIONAL

2.1 A educação inclusiva no Brasil

Ao falar sobre a Educação Especial no Brasil, torna-se essencial observar sua história no aspecto educacional e social, bem como fazer uma análise sobre os pressupostos teóricos, discursivos e legais que elegem a Educação Especial como um importante elemento para a inclusão educacional e social dos indivíduos.

No aspecto histórico, existem momentos distintos em relação ao papel e ao lugar ocupado pela pessoa com deficiência na sociedade. Durante muito tempo a Educação Especial não foi discutida e trabalhada de forma efetiva, dessa forma, podemos conceber os seguintes períodos históricos da pessoa com deficiência: o primeiro, de extermínio/abandono; o segundo, de assistencialismo/filantropia; o terceiro, de segregação/exclusão; o quarto, de integração e; o quinto, de inclusão.

O primeiro período é datado da era Pré-Cristã, precisamente na Grécia Antiga, por se tratar de uma sociedade que cultuava a beleza física e intelectual, havia uma forte intolerância contra aqueles que não eram considerados “normais” ou sadios. Nesse sentido:

Em Esparta, os meninos a partir dos 7 aos 37 anos, deveriam estar a serviço do exército. Devido a isso havia uma exigência de pessoas saudáveis, capazes de defender o Estado nas constantes batalhas. Aqueles que tivessem algum tipo de deficiência não estariam aptos para o exercício da guerra. Ao nascer, os bebês eram levados a uma espécie de comissão oficial formada por anciãos de reconhecida autoridade.

[...] Em Atenas, considerada por muitos como o berço da civilização, o trato para com as pessoas com deficiência não era diferente daquele tratamento dado em Esparta. No caso do nascimento de um bebê com alguma deficiência, era o próprio pai quem deveria matá-lo. O extermínio de crianças com deficiências era tão comum que, mesmo os maiores filósofos da época estavam de acordo com tal costume (ADAMI et al, 2006, p. 104).

Dessa forma, evidencia-se que a criança deficiente era considerada como irrelevante para a sociedade grega, tendo em vista que ela não serviria aos objetivos intelectuais ou militares, estimulando-se, dessa maneira, o sacrifício de bebês doentes ou deformados.

Na Era Cristã (Idade Média) a visão sobre a deficiência passa a ter um caráter religioso, pois a deficiência passa a ser relacionada com o maligno e com atos de feitiçaria, sendo dessa forma, uma marca da punição divina, fazendo com que os indivíduos deficientes sofressem perseguições e sacrifícios.

Enquanto os indivíduos com deficiência eram considerados frutos do mal, legitimou-se a concepção da existência de pessoas com dons especiais, que seriam escolhidas por Cristo para a realização de milagres, contrapondo-se à premissa de que a caridade para com os pequenos e excluídos conduziria à salvação da alma. Isso fez com que se proliferassem asilos de abrigos e assistência para os deficientes, surgindo, portanto, o período assistencialista/filantrópico.

De acordo com Aranha (2005), no período de institucionalização/exclusão, as pessoas com deficiência eram retiradas de suas comunidades de origem, sendo remanejadas para instituições residenciais ou escolas especiais que, geralmente, situavam-se em locais distantes de suas famílias.

Durante os períodos anteriores, as pessoas com necessidades especiais tinham o direito a frequentar uma escola, negado, fato esse que mudou a partir da adoção do sistema de cascata, que se caracterizava como uma forma condicional de inserção das pessoas com deficiência na vida escolar, a partir das seguintes modalidades: **sala regular, classe especial ou instituição especializada** (grifo nosso).

Considera-se que o movimento de integração escolar e os serviços deveriam ser organizados de forma a permitir que os alunos com deficiência pudessem transitar de ambientes educacionais menos segregadores, como a escola e a classe especial, para a classe comum do ensino regular, na qual receberiam suporte por meio do ensino itinerante e das salas de recursos.

Na perspectiva de incluir na educação estes indivíduos, até então marginalizados pela sociedade, propunha-se a reformulação dos currículos e das formas de avaliação, da formação dos professores a partir da introdução de uma política educacional mais democrática, enfatizando no sistema educacional a necessidade de uma educação que valorizasse a diversidade, legitimando, dessa maneira:

[...] a ampliação das referências à construção de uma escola inclusiva, das críticas aos modos consolidados de atuação da educação especial – principalmente nas escolas públicas - e o desenvolvimento de experiências mais inovadoras de inserção educacional das pessoas com necessidades especiais nas redes municipais de ensino, sobretudo a partir da educação infantil (FERREIRA, 2006, p. 91).

Passa-se a buscar uma educação especial inclusiva, voltada para todos, segundo a qual, os ditos "normais" e os portadores de algum tipo de deficiência pudessem aprender uns com os outros. Nessa perspectiva, defende-se que a educação regular dependa da educação especial para a democratização do ensino.

Com a aprovação da Nova Lei de Diretrizes e Bases (9.394/96), foram definidos novos rumos para a Educação Especial e Inclusiva, bem como sobre a formação pedagógica para atuar nessa área. Passou-se a discutir também sobre de que forma a sociedade poderia contribuir para uma inserção mais efetiva das pessoas com necessidades especiais, não somente na educação, mas em outras instâncias sociais, essa inserção seria resultante de uma transformação social que valorizasse a diversidade e propiciasse plenas condições para que as necessidades de todos fossem atendidas. Segundo os artigos 58 e 59 da referida lei:

Art. 58: Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.
§1º: Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.
§2º: O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos

alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art.59: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 2010, p.43-45).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação respalda de forma significativa a inclusão e integração dessa parcela da população de forma a contribuir com o desenvolvimento de ações que possibilitem a prática e envolvimento dos indivíduos com necessidades especiais no contexto social, na perspectiva de que elas devem ser integradas à escola. Nesse sentido, é importante a problematização sobre como a escola está preparada para tal, tendo em vista que a Resolução CNE/CEB Nº 2/2001, no artigo 2º, determina que os “sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”.

Com base nos dados preliminares do Censo Escolar de 2013, realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), contabilizou-se que 653.378 alunos estão matriculados na Educação Especial, com um acréscimo de 2,80% no percentual obtido no último censo escolar.

É nesse contexto que evidenciamos o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é um serviço da educação especial que “[...] identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008).

O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É importante destacar que o AEE não é um reforço escolar, pois ele possui funções próprias do ensino especial, que não se destinam a substituir o ensino comum e nem mesmo a fazer adaptações aos currículos, às avaliações de desempenho e outras. Os alunos atendidos pelo AEE são:

Alunos com deficiência: aqueles com impedimentos de longo prazo nos aspectos físico, intelectual ou sensorial que podem dificultar sua participação plena no âmbito social a partir das barreiras que lhe são impostas.

Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles com quadro de alterações no sistema neuropsicomotor, que interferem diretamente no desenvolvimento psicomotor e da comunicação, englobando indivíduos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett e transtornos invasivos sem outra especificação.

Alunos com altas habilidades/superdotação: Alunos com potencial elevado de aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento humano, sejam elas combinadas ou isoladas, interferindo no desenvolvimento intelectual, moral e psicomotor destes indivíduos (BRASIL, 2008, p.10).

O AEE atua no desenvolvimento desses alunos, disponibilizando recursos linguísticos e simbólicos para auxiliar na comunicação, oferecendo tecnologia assistida, fazendo adequações nos materiais didáticos e pedagógicos para que os alunos tenham suas necessidades específicas respeitadas, além de oportunizar a dinamização do currículo para alunos com altas habilidades.

É necessário que o trabalho desenvolvido pelo AEE ocorra em união com a escola comum, por isso, mesmo que suas atividades sejam diferentes, é essencial a criação de um ambiente acolhedor, que garanta a esses alunos a verdadeira inclusão.

No que diz respeito à oferta do AEE, é relevante registrar que ocorre em todas as etapas e modalidades da educação básica e do ensino superior e nas modalidades: educação indígena, educação do campo e quilombola, bem como, nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos.

A modalidade da Educação Especial é organizada para suprir as necessidades de acesso ao conhecimento e à participação dos alunos com deficiência e dos demais que são público alvo da Educação Especial, nas escolas comuns, constituindo-se oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Todavia, a

decisão de participar do AEE é do aluno e/ou de seus pais/responsáveis, além disso, ele pode ser oferecido em centros de atendimento educacional especializado da rede pública ou particular, sem fins lucrativos. Esses centros, contudo, devem estar em sintonia com as orientações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e as Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.

O trabalho do AEE é desenvolvido a partir dos seguintes conteúdos:

- Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;
- Língua Portuguesa na modalidade escrita;
- Produção e adequação de materiais didáticos e pedagógicos com base em imagens;
- Sistema Braille;
- Orientação e mobilidade;
- Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) acessíveis: ponteiros de cabeça, acionadores, mouses, teclados com colmeias, sintetizadores de voz, entre outros;
- Produção de materiais táteis (desenhos, mapas, gráficos);
- Sorobã (ábaco);
- Disponibilização de materiais didático-pedagógicos acessíveis: transcrição de material em tinta para o Braille, áudio-livro, texto digital acessível e outros;
- Recursos ópticos e não ópticos;
- Produção de textos escritos com caracteres ampliados, materiais com contraste visual;
- Estimulação visual;
- Comunicação Alternativa e Aumentativa – CAA;
- Recursos de acessibilidade: engrossadores de lápis, plano inclinado, tesouras acessíveis, quadro magnético com letras imantadas;
- Indicação, aquisição e adequação de mobiliário: cadeiras, quadro;
- Desenvolvimento de processos educativos que favoreçam a atividade cognitiva;
- Alfabeto digital, Braille tátil, Tadoma.

O AEE é, preferencialmente, realizado na própria escola em que o aluno estuda, no período contra-turno ao que ele frequenta, mas esse atendimento pode acontecer em uma escola próxima ou em um Centro de Atendimento Educacional Especializado.

2.2 A educação inclusiva no Maranhão

Compreende-se que a Educação Especial no Maranhão é bem recente, datada do final da década de 1960 com o projeto Plêiade que, através de atividades pedagógicas, buscava a inserção no ambiente escolar de sujeitos considerados excepcionais, o projeto também contava com o treinamento voltado para o atendimento dos mesmos. Anteriormente, entre os anos de 1854 e 1857 já havia instituições voltadas para cegos e surdos, inclusive Quixaba (2011) explicitou que deficientes mentais, auditivos e visuais foram os primeiros a serem beneficiados com tais iniciativas.

Esse ensino era regido por instituições filantrópicas ou religiosas, sendo oficializado apenas a partir da portaria nº 423/69, entretanto, para Carvalho apud Alcântara (2013), mesmo com estes projetos do Estado, o número de matrículas continuava baixo, enquanto nas instituições privadas e assistencialistas, o aumento era considerável. Tal situação se dava, em especial, pela baixa qualificação dos profissionais treinados, a inexistência de ações efetivas dos governos estaduais do Maranhão voltadas para a formação inicial e continuada, dentre outras questões que foram cruciais para este quadro de estagnação da Educação Especial proposta pelo Estado do Maranhão.

Somente a partir da década de 1990 é que houve um avanço na Educação Especial, através de Diretrizes como a “[...] Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de integração instrucional que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (BRASIL, 2008). Dessa forma, sugere-se a necessidade da criação de um ambiente escolar inclusivo, que dê condições para que estes sujeitos participem do processo educativo de forma ativa, sendo respeitadas suas limitações e potencialidades.

Com o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE (2007), a separação entre Educação Regular e Educação Especial passa a ser mais questionada, considerando a premissa de que segundo o Decreto nº 6.094/2007 “[...] Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas” (BRASIL, 2008).

Atualmente, é notório que a escola pública ainda enfrenta sérios problemas no que se refere à inclusão educacional de alunos com necessidades educacionais especiais, com é o caso das necessidades auditivas, principalmente devido à estrutura física limitada e à formação docente que não habilita os educadores para que possam trabalhar com esses alunos.

Sobre isso, deve-se problematizar que “a iniciativa da inclusão escolar deve partir da Educação Regular, e não da Educação Especial, que deve assumir um papel, de colaborador coadjuvante neste processo” (MENDES, 2008, p. 94).

Nem todos os professores da rede pública de ensino dominam a Língua Brasileira de Sinais, por exemplo, revelando esta lacuna em sua formação. Sendo assim, os professores devem propor um projeto educativo que contemple formação docente, acessibilidade e ações pedagógicas que otimizem o processo de ensino-aprendizagem e que eliminem possíveis barreiras que possam impedir o desenvolvimento cognitivo dos seus alunos.

2.3 O Atendimento Educacional Especializado em Grajaú-MA

No intuito de buscar informações sobre a situação do atendimento especializado na cidade maranhense de Grajaú, primeiramente, foi realizada uma pesquisa preliminar na Secretaria Municipal de Educação sobre a quantidade de escolas atendidas, alunos, professores e profissionais que integram as salas de Atendimento Educacional Especializado no município.

Identificou-se que na zona urbana, 09 escolas são atendidas pelos AEE's, já na zona rural, são 09 escolas, que atendem no total a 88 alunos. Não foi informada a quantidade de professores e profissionais (psicólogos, fonoaudiólogos, psiquiatras e oftalmologistas) que participam do Atendimento Educacional Especializado.

O Atendimento Educacional Especializado na sede e povoados do município de Grajaú desde sua criação se deu nos seguintes aspectos:

Quadro 1: Organização das salas de AEE da sede

Organização das salas de AEE da sede		
Bairro Vilinha	Sala polo	Reforma geral, apoio logístico e decoração do ambiente.
Bairro Expoagra	Transferência da sala polo da Escolinha dos Anjos para o Centro de Equoterapia CEAPE	Pintura e ornamentação.
Bairro Centro	Implantação da sala polo.	
Bairro Extrema	Implantação da sala na Escola Tia Maria Feitosa.	

Fonte: SEMED/Grajaú

Quadro 2: Implantação das salas polos na zona rural

Implantação das salas polos na zona rural		
Povoado Vera Cruz	Organização de uma sala polo	Reforma geral, ornamentação do ambiente.
Assentamento Pedra de Pau – Imburuçu	Organização da sala polo	Ornamentação do ambiente.
	Levantamento de matrícula e rematrícula dos alunos do AEE.	
	Encontro pedagógico dos professores do AEE para preparação do ano letivo.	
	Reunião com os pais, diretores e equipe da coordenação da Educação Especial para apresentação dos professores e início das atividades do ano letivo.	
	Durante o ano foram realizadas 08 visitas domiciliares e 08 visitas às escolas	

	regulares para levantamento de dados e acompanhamento dos alunos do atendimento (2015).	
--	---	--

Fonte: SEMED/Grajaú

Quadro 3: Atendimento pela equipe multidisciplinar durante o ano de 2015

Atendimento pela equipe multidisciplinar durante o ano de 2015	
Psicólogos	30 alunos atendidos
Fonoaudióloga	06 alunos atendidos
Psiquiatra	02 alunos atendidos
Oftalmologista	02 alunos atendidos

Fonte: SEMED/Grajaú

Quadro 4: Triagem de alunos novos na sede

Triagem de alunos novos na sede	
Escola Municipal Ferreira Lima	11 alunos
Escola Municipal Ezon Moreira Ferraz	02 alunos
Escola Municipal Educar para Crescer	02 alunos
Escola Municipal Marly Araújo	02 alunos
Pré-Escola Tia Maria Feitosa	06 alunos
Escola Municipal Bom Samaritano	02 alunos
Pré-Escola Escolinha dos Anjos	01 aluno
Pré-Escola Menino Jesus	01 aluno
Acompanhamento do atendimento com psicólogo	04 alunos
Avaliações domiciliares	02 alunos

Fonte: SEMED/Grajaú

Quadro 5: Triagem dos alunos da zona rural

Triagem dos alunos da zona rural		
Escola Municipal Pedro Paulo Abreu	Povoado Sítio do Meio	11 alunos
Escola Municipal Santo Antônio	Povoado Alto do Coco	07 alunos
Escola Municipal Santa União	Povoado Aldeia Velha	08 alunos
Pré-Escola Tia Úrsula	Povoado Flores	10 alunos
Escola Municipal Euclides da Cunha	Povoado Flores	09 alunos

Escola Municipal Gonçalves Dias	Povoado Tamboril	05 alunos
Escola Municipal Bom Cristão	Povoado Cocal	04 alunos
Visita domiciliar	Povoado Vera Cruz	01 aluno

Fonte: SEMED/Grajaú

O Regimento Escolar da Educação Municipal de Grajaú-MA estabelece que a Educação Especial, em consonância com as escolas da rede regular, deve organizar e oferecer aos alunos, inclusos nas classes comuns e classes especiais, respeitadas as necessidades individuais, os seguintes serviços especializados de apoio pedagógico:

I – serviço de acompanhamento técnico-pedagógico realizado por profissionais especializados ou por equipe multiprofissional;

II – salas de recursos multifuncionais – espaços, preferencialmente da própria escola, onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado - AEE, de natureza complementar e/ou suplementar à escolarização, que se utiliza de recursos educacionais específicos e adequados às deficiências dos alunos, subsidiando-os para que participem da vida escolar, de acordo com as seguintes características:

a) atendimentos individualizados ou em pequenos grupos, no máximo três alunos, quando necessitados de um mesmo apoio especializado, diariamente, ou pelo menos três vezes por semana, com duração mínima de uma hora diária;

b) atendimento dos alunos em turno inverso ao de sua matrícula na turma regular;

c) atendimento aos alunos da mesma escola e de escolas próximas nas quais ainda não funcionem salas de recursos multifuncionais;

Conforme estabelecido pelo artigo Nº. 18, § 2º e 3º da Resolução do CNE/CEB 2/2001, o professor de AEE deve ter formação específica, através de cursos de graduação, pós-graduação ou formação continuada que os norteie didaticamente e pedagogicamente para atuar nesta modalidade da Educação Especial Inclusiva.

Isaia (2006, p. 69) concorda com essas perspectivas ao considerar que “é necessário que os professores tenham domínio em sua área de conhecimento, em como esses aprendem e em como eles podem ser auxiliados nesse processo”.

Considerando que muitas escolas em Grajaú possuem estrutura física precária e que não garantem a acessibilidade, buscou-se compreender como essas

condições físicas interferem no trabalho do AEE.

Apesar de muitas escolas não possuírem uma boa estrutura física, os profissionais do AEE fazem adaptações nas salas, a fim de atender aos mais variados públicos, como deficientes físicos ou com limitações motoras, procurando tornar o ambiente o mais acessível possível. Tendo em vista que o Atendimento Educacional Especializado “[...] identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008 p. 17), é importante conceber que não apenas o espaço físico deve ser apropriado, mas também, conforme Mantoan (2003) deve haver a criação de um ambiente seguro e favorável à aceitação, sendo dessa forma essencial que haja uma organização pedagógica apropriada, que englobe capacitação docente e recursos pedagógicos específicos.

Quando a escola cria condições efetivas que auxiliam no desenvolvimento da Educação Especial Inclusiva, a acessibilidade passa a ser evidenciada de outra forma, levando a uma importante reflexão sobre como a escola pública está garantindo essa acessibilidade com os AEE's.

Dessa forma, é importante analisar como a escola regular participa da rotina educacional dos alunos que participam do AEE, considerando que nem todas as escolas regulares com alunos surdos realizam trabalhos conjuntos, a fim de levar à comunidade docente e discente uma maior compreensão sobre a importância do respeito ao que é diferente, bem como fazendo com que o aluno do AEE se sinta integrado ao meio educacional.

A participação da comunidade usuária (pais, alunos, professores) legitima a tentativa de romper com determinados preconceitos envolvendo os sujeitos com necessidades especiais, além de reforçar a luta em prol do acesso igualitário à educação para todos os indivíduos, todavia, é importante ressaltar que:

Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão (PIETRO; MANTOAN; ARANTES, 2006, p. 7).

Partindo da perspectiva de que o professor tem um papel essencial nesse processo de integração, quando este atua no AEE, utiliza muitas vezes de seus próprios recursos para poder realizar um trabalho significativo com os alunos, o trabalho desenvolvido pelos entrevistados deveria ser de bidocência, através de um método pedagógico colaborativo, que ocorre a partir do auxílio do professor da Educação Regular às atividades desenvolvidas na educação comum (MENDES, 2008). Ainda segundo o autor:

O termo colaboração refere-se a duas ou mais pessoas trabalhando juntas, usando planejamento sistematizado e procedimentos de resolução de problemas a fim de alcançar resultados desejados. Trata-se de um estilo para interação direta de pelo menos duas partes iguais, voluntariamente engajadas na decisão de compartilhar e trabalhar para um objetivo comum (MENDES, 2008, p.106).

É importante uma maior valorização do trabalho dos profissionais dos AEE's, que atuam na busca por melhor acesso dos alunos especiais na educação comum, ressaltando ainda, que a inclusão não deve se limitar apenas ao direito de matrícula, mas em todos os momentos da vida escolar dos indivíduos portadores de necessidades especiais.

O Atendimento Especializado Educacional em Grajaú, no Maranhão, envolve a inclusão de alunos com deficiências nas escolas de ensino regular municipal, oferece, na modalidade de educação especial, o atendimento aos alunos na rede regular de ensino, na tentativa de subsidiar o rendimento satisfatório na vida escolar dos alunos e garantir os seus direitos.

O AEE é uma modalidade da educação especializada, implantado, em Grajaú, no bairro Expoagra, visando a retirada de barreiras, possibilitando ao aluno o seu aprendizado. Objetivando atender à demanda de alunos vindos das escolas regulares municipais, o atendimento educacional especializado é uma complementação, tanto na área de saúde como na educação, dos alunos com deficiências. O AEE, juntamente com a coordenação e toda a sua equipe que é composta por vários profissionais que cuidam da saúde, educação e alimentação, são responsáveis pelo atendimento educacional dessas crianças com necessidades educativas especiais.

As atividades desenvolvidas no AEE são de complementação a partir da necessidade de cada um de forma que venha estimular o convívio social. Dessa

forma, pensando no desenvolvimento e na escolarização dos estudantes com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, que as atividades ministradas no AEE são uma complementação voltada para a necessidade de cada aluno no sentido de desenvolver suas habilidades educacionais.

Assim sendo, é por meio dessas atividades que se trabalham conteúdos rotineiros conforme observado nas práticas docentes das professoras, aqui chamadas de “Rosa”, “Margarida” e “Flor” como forma de preservar o seu anonimato.

A professora “Rosa”, enquanto trabalha os meios de comunicação também trabalha o português com identificação das vogais e a escrita, e incentiva a participação e a interação dos alunos, essas estratégias são adequadas para identificar e escrever as vogais encontradas em cada desenho da atividade.

Já na aula da professora “Margarida”, com os alunos de baixa visão, explorava a aula de braile, incentivando e estimulando a visão por meio de identificação das cores e desenho feito com lápis de cêra.

Na aula da professora “Flor”, por sua vez, que ministra ensino religioso, estimula-se o convívio social e familiar e também se permite o estudo de português, completando-se as frases com as vogais que faltam, bem como, a interpretação do texto lido.

Durante a pesquisa e a análise foram identificadas algumas barreiras que comprometem o processo educacional especializado e impedem a execução do plano de trabalho, como a indisponibilidade de material didático e pedagógico de acordo com a necessidade do aluno, a falta de acompanhamento por parte de alguns pais, a ausência de conhecimento sobre o que é o AEE por parte dos professores do ensino comum, e a mistura de alunos, tendentes à homogeneização, desrespeitando-se as suas diferentes limitações. .

No Brasil, nos anos 1950, educação especial não era vista como fator colaborador para a inclusão.

Instituições de Educação Especial não surgiram após a democratização do ensino para os normais com identidade de criança que inseridas nos processos regulares evidenciaram dificuldade mas o seu aparecimento se deu ao mesmo tempo que o movimento da democratização e universalização do ensino empreendido pela burguesia contra os privilégios da nobreza nos diversos países europeus no século XVII e XVIII (BUENO, 2004, p. 17-18).

Desde então, a educação especial vem sendo planejada para os alunos excepcionais, como uma forma de inseri-los na sociedade e lhes proporcionando o direito a uma educação. No entanto, é sabido que a educação regular só é oferecida por escolas regulares, o que exclui a educação especial onde os excepcionais não são aceitos por possuírem algum tipo de anomalia.

A educação especial permite ao aluno uma educação de acordo com suas limitações, fazendo com que os mesmos também tenham direito ao estudo e a escolarização. De acordo com Bueno (2004), este tipo de educação foi idealizada para alunos que por mais que aparentam ser diferentes dos demais, como forma de integrá-los a sociedade e aos colegas considerados normais.

À medida em que a universalização do ensino fundamental nunca configurado em nosso país, por falta de vaga para crianças com idade escolar e outros fenômenos como a repetência e evasão que atinge principalmente a população de baixa renda, a educação especial assume o papel de legitimadora da ação escolar regular, e se responsabiliza pelo fracasso através dos distúrbios de aprendizagem presentes nos planos educacionais nacionais e estaduais de educação especial demonstra esse papel exercido pela educação especial (BUENO, 2004, p.38).

Por volta dos anos de 1950 a educação especial ficou conhecida como educação criada para deficientes, cuja prioridade era voltada apenas à deficiência específica, que não abrangia outras áreas, como abrange atualmente.

Com o passar dos anos, essa proposta educacional ganhou espaço, em decorrência disso, projetou-se um sistema voltado para fundamentar instituições públicas e privadas que se voltaram para este método de ensino. Sendo assim, a partir dos anos de 1970, aconteceu a criação dos órgãos normativos federais e estaduais que tinham o objetivo de proporcionar aos alunos, que apresentassem desajuste ou outros distúrbios não correspondidos aos padrões esperados pela sociedade, uma oportunidade a educação (SILVA, 2015).

A educação especial foi estabelecida para que gerasse oportunidade de aprendizagem aos excepcionais uma oportunidade especialmente por não distinguirem a diferença entre anormalidade e patologia. Então, “não se pode negar que existem indivíduos que possuem anormalidades orgânicas, como a surdez, a cegueira, os diversos tipos de mutilações e etc, que sempre acarretam dificuldades para sua vida em qualquer sociedade” (BUENO, 2004, p. 55).

Alguns alunos especiais têm tratamento diferenciado dos demais alunos, por apresentarem características fora dos padrões exigidos nas escolas, evidenciando assim a exclusão dentro do ambiente escolar. Apesar dos alunos terem quaisquer tipos de deficiência, eles não podem ser condicionados à sua anormalidade, mas sim, devem-se buscar com clareza as visões positivas, sobre o que é normal ou patológico (SILVA, 2015).

A Declaração de Salamanca, buscava a transformação desse modelo escolar especial onde mudaria da exclusão para uma educação inclusiva. Mas só a partir da década de 1990 que essa proposta foi consolidada como uma necessidade educativa oferecendo acesso à educação para crianças e jovens com necessidades educativas especiais em uma escola regular, pois tal escola constitui os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos (MEC, 1994).

Por meio disto, surge um modelo novo de educação especial no Brasil com o intuito de promover ao aluno, a oportunidade de adquirir suporte escolar, visando uma possível autonomia.

A educação especial, no cenário das discussões políticas nacionais e de educação inclusiva, ganha uma nova percepção visto que, oferece ao aluno uma qualidade de ensino com a finalidade de promover a autonomia dentro e fora do ambiente escolar, com base nos direitos das pessoas com deficiências, garantidos pelo ONU em 2006 e pelo decreto 186/2008 e 694/2009, que determina os deveres da educação inclusiva.

Cabe ao MEC assegurar os direitos que todos dispõem com relação à educação regular, devido a isso, surgiu em 2008, a Política Nacional da Educação Especial como forma de tornar a educação mais inclusiva, servindo de norteammento dos estados e municípios com o propósito de organizar as ações para reparar os sistemas educacionais de forma que a inclusão escolar seja realizada com sucesso.

No que se refere à desigualdade social, a Declaração de Salamanca (MEC, 1994) - retrata algumas ações direcionadas ao atendimento às necessidades educativas especiais e adverte que para combater a discriminação precisa-se que atuem nas escolas regulares. Para que isso aconteça, visa a aplicação de uma ação em que as escolas acolham as crianças, independentemente de suas condições. Sendo a escola o importante meio de convívio social e coletivo, a Educação Especial

Inclusiva só será de fato consolidada se tiver um laço fortalecido com a Educação Regular (SILVA, 2015).

3 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA SALA TIA MARIA FEITOSA

3.1 Caminhos metodológicos e universo da pesquisa

Para a realização deste estudo, primeiramente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, que consideravelmente contribuiu para a sua concretização, pois por meio desta, podemos ampliar nossos conhecimentos, através de trabalhos já publicados. A coleta de dados deu-se por meio de entrevista aberta com 03 professoras, que na oportunidade, relataram sobre suas práticas pedagógicas quanto ao AEE.

A pesquisa teve uma abordagem qualitativa que de acordo com Triviños (1987), trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências. O enfoque utilizado foi o fenomenológico por permitir vivenciar os fatos através da observação.

A pesquisa de campo realizou-se na Creche e Pré-Escola Tia Maria Feitosa, onde aplicamos uma entrevista com perguntas abertas e fechadas, além de um questionário com 02 professoras. A creche e pré-escola está localizada na Rua Santa Maria s/n, Setor industrial, bairro Extrema, tem prédio próprio e apoio da Secretária de Educação e Prefeitura Municipal de Grajaú. Essa escola é bem conceituada no bairro, que é bem tranquilo, sem muita movimentação na rua da escola.

A escola foi fundada em 29 de Abril de 2013 pelo prefeito municipal Junior de Sousa Otsuka, em parceria com os governos estadual e federal. Foi a primeira creche intitulada pró-infância construída em Grajaú e tem o intuito de prestar serviços a pessoas carentes, inicialmente teve como primeira gestora professora Eliete Ferreira de Sousa Araújo e como coordenadora pedagógica, Ana Cleide Celestino. Assim, a Creche e Pré-Escola Tia Maria Feitosa nasceu da necessidade

de um espaço propício, onde as mães possam deixar seus filhos enquanto elas estiverem no trabalho. O nome é em homenagem à professora Maria de Brito Feitosa, que contribuiu muito para a educação de Grajaú.

A referida escola possui um espaço físico adequado, amplo, arejado, com área verde, mobília adaptada para a faixa etária, amplo estacionamento, refeitório, 08 salas de aulas, contendo em cada sala 05 mesas e em cada mesa 04 cadeiras, 01 laboratório de informática, que ainda não está em funcionamento por falta de recursos de informática, 01 sala de multiuso, 01 sala de leitura, 01 lactário, 01 cozinha com todos os equipamentos e utensílios necessários, 01 lavanderia, 01 sala de professores, 01 secretaria, equipada com um arquivo, armário de aço, mesas com cadeiras, uma televisão e um microcomputador, é bem confortável, com ar condicionado, 01 diretoria, também confortável com ar condicionado, 01 almoxarifado e 04 banheiros, pois os zeladores, vigias, gestores, secretários e coordenadores têm seu próprio banheiro, além disso, a escola também tem 03 bebedouros. Ainda existe, à disposição das crianças, uma área externa com parquinho (escorregador, gira-gira, balanço) e um espaço gramado e arborizado para recreação, onde são realizadas as brincadeiras livres.

A Creche e Pré-Escola Tia Maria Feitosa foi projetada para atender crianças de 01 a 05 anos de idade no sistema integral e parcial. Em 2015 a escola atendeu a cerca de 260 alunos na faixa etária de 2 a 5 anos de idade, distribuídos nos turnos matutino e vespertino nas turmas de creche, maternal e Infantil I e II. No turno matutino funciona a Creche II A com 14 alunos, a Creche II B com 14 alunos, o Maternal A com 16 alunos, o Maternal B com 16 alunos, o Maternal C com 16 alunos, o Maternal D com 17 alunos, o Infantil II A com 18 alunos e o Infantil II B com 16 alunos. E no turno vespertino funciona a Creche II C com 14 alunos, o Maternal E com 16 alunos, o Maternal F com 16 alunos, o Maternal G com 16 alunos, o Maternal H com 16 alunos, o Infantil I A com 18 alunos e o Infantil I B com 19 alunos.

3.2 Resultados e discussões

A pesquisa foi realizada com duas educadoras que lecionam na referida instituição, procurando analisar como ocorre o Atendimento Educacional Especializado. Com o intuito de garantir o anonimato, estas serão identificadas com a letra “P” maiúscula acrescida de um numeral. As entrevistadas, possuem as

seguintes formações: P1 – Magistério e Licenciatura em Letras e Pedagogia com Especialização em Psicopedagogia e Pós-graduação em Psicologia da Educação, P2 – Licenciatura em Pedagogia e Magistério. P1 e P2 sempre atuaram na Educação Infantil, a P1 como professora do ensino regular e AEE, e a P2 como professora do ensino regular.

A professora P1 trabalha na sala AEE com 06 alunos, na faixa etária dos 08 aos 16 anos de idade, no contra turno do ensino regular, em horário definido pelo plano, conforme as necessidades de cada aluno. Desses 06 alunos, 01 apresenta deficiência física, dificuldade na coordenação motora, de atenção e de hiperatividade. Os outros 05 alunos apresentam deficiência intelectual. Essa sala atende aos alunos oriundos de outras escolas da rede, portanto, não contempla alunos da própria escola.

A professora P2 é formada em pedagogia e possui magistério atuou na rede regular de ensino da educação infantil do município, atualmente na escola da pesquisa é auxiliar administrativa.

A primeira pergunta buscou compreender como é realizado o planejamento voltado para o AEE:

Participo de reuniões juntamente com os demais professores da SEDUC, com sugestões de atividades e planejamento colaborativo (P1).

As reuniões são realizadas com a presença da professora do AEE (P2).

Tanto a P1 quanto a P2 destacam que participam de forma coletiva do planejamento da escola regular, fazendo com que seja considerada a aprendizagem do aluno do AEE, fortalecendo o processo de aprendizado específico a que ele está sendo submetido. Sobre isso, deve-se conceber que “[...] os professores comuns e os da Educação Especial precisam se envolver para que seus objetivos específicos de ensino sejam alcançados, compartilhando um trabalho interdisciplinar e colaborativo (ROPOLI et al, 2010, p.19).

Como bem destacado pela professora P1:

As sugestões de atividades são uma alternativa para o processo de aprendizagem, dando condições para que o aluno com necessidade especial se sinta integrado e aprenda de acordo com suas limitações e potencialidades, enquanto a escola regular, muitas vezes, atua como limitadora desse desenvolvimento.

Quanto ao processo de avaliação da turma, as entrevistadas destacam que:

A avaliação é diagnóstica, não tem caráter reprovativo, tendo em vista que o AEE funciona como um contra-turno; trabalhamos com brinquedos e brincadeiras tendo por foco o potencial do aluno, os brinquedos são produzidos por eles mesmos, o que torna o trabalho mais significativo (P1).

No ensino regular não há reprovação e temos todo um cuidado no acompanhamento dos alunos com necessidades especiais e que frequentam o AEE, para que o desenvolvimento de ambos ocorra da melhor forma possível (P2).

O processo de avaliação, segundo as entrevistadas, não possui caráter reprovador e as condições que a escola possui possibilitam que o AEE tenha um bom desenvolvimento. Um aspecto importante que a P1 destaca é sobre a utilização de recursos lúdicos, como brinquedos e brincadeiras para auxiliar o aluno que frequenta o Atendimento Educacional Especializado já a P2 aponta o processo de acompanhamento desses alunos por parte do ensino regular, demonstrando a premissa de que “[...] a escola comum é o ambiente mais adequado para garantir [...] a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor e afetivo dos alunos em geral” (MANTOAN, 2006, p. 27), contribuindo para que haja uma educação sistematizada na sala de aula da educação regular, no sentido de garantir que haja condições metodológicas e pedagógicas acessíveis para que a escola se reestruture a favor da educação para todos .

No que concerne à sua relação enquanto educadora no AEE, as duas professoras investigadas relataram que:

A sensação é de auto-realização, em saber que posso ajudar de alguma forma. Quando era professora do ensino regular – somente integrado, não-incluso - senti a necessidade de se discutir mais em nossa cidade sobre a inclusão desses sujeitos, através de trabalhos, projetos. Essa discussão sobre igualdade contribui para a cooperação e respeito, além disso, o professor passa a perceber a importância de um ensino construtivista, pois ainda é difícil para professores no ensino tradicional aceitar o novo (P1);

Acompanho de perto a relevância do AEE para essas crianças que, muitas vezes, mal conseguem se locomover, não interagem, mas quando são bem acolhidas pela escola regular e pelo AEE, têm um desenvolvimento impressionante, o que particularmente, me deixa imensamente orgulhosa do trabalho que estamos desenvolvendo com essas crianças, garantindo com que estas tenham a oportunidade de crescer (P2).

A entrevistada P1 destaca a importância de um método diferenciado, o construtivista, para o trabalho com o AEE, e que sua vivência no ensino regular a incentivou a buscar realizar uma atuação pedagógica voltada para a educação especial inclusiva. A P2 compartilha da ideia de que o AEE tem importância significativa no desenvolvimento múltiplo desses sujeitos, que passam a se sentir parte do processo educativo de forma mais efetiva. Ao destacar o acolhimento, a P2 observa a necessidade da criação de um ambiente mais humanizado para essas crianças, respeitando as suas especificidades. No que se refere aos materiais pedagógicos utilizados, destacam-se que:

São produções próprias dos alunos, com os materiais concretos como jogos, brinquedos feitos com material reciclável e alfabeto móvel, através deles buscamos trabalhar de forma interdisciplinar o cognitivo da criança, bem como atenção, concentração e percepção (P1);

As crianças produzem os materiais que vão utilizar, geralmente materiais de reciclagens e sob a supervisão da professora, é um trabalho muito importante, pois contribui para que as crianças se sintam estimuladas a produzir e desenvolver suas habilidades e competências (P2).

As duas entrevistadas relatam o caráter construtivista do AEE, em que, grande parte dos materiais pedagógicos existem por um processo de construção advindo dos alunos e não dos professores, descentralizando o processo educativo, como é reforçado pela P2. O professor apenas supervisiona e permite que os conhecimentos sejam articulados de maneira significativa. Segundo os relatos das educadoras entrevistadas, as aulas ocorrem da seguinte maneira:

As aulas são lúdicas, em formato de mesa-redonda e de maneira construtivista, respeitando as limitações dos alunos (P1).

A professora atua de maneira lúdica, para que as crianças possam aprender através de instrumentos variados, não se limitando ao método tradicional, mas sim o construtivista, onde a criança contribui para a construção do conhecimento (P2).

A ludicidade é relatada por ambas as professoras, permitindo que o processo de ensino-aprendizagem seja realizado de maneira dinâmica a partir da relação professor-aluno e aluno-aluno. As rodas de conversa, relatadas pela P1, tornam o ambiente escolar menos informal, contribuindo para que as crianças possam agir com mais espontaneidade e compartilhar suas vivências.

Questionadas sobre a atuação dos profissionais que trabalham no AEE, as entrevistadas relataram que:

Acompanhamos tanto na família quanto na escola regular, trabalhamos em parceria, com neurologistas, psicólogos, juntamente com o CAPS e APAE (P1);

O acompanhamento não é só escolar, os alunos são acompanhados por uma equipe de profissionais, médicos, enfermeiros, psicólogos, dentre outros (P2).

P1 e P2 afirmam que as crianças são acompanhadas não apenas pelas professoras do AEE, mas por toda uma equipe de profissionais, porém, é importante problematizar que não somente os especialistas em Educação Especial Inclusiva (como os professores dos AEE's), mas também, todos os profissionais da educação devem ter domínio dos conhecimentos necessários para o ensino de alunos com necessidades especiais, não fazendo com que suas atuações docentes se limitem apenas a alunos específicos, mas que englobe a todos, levando em consideração suas limitações e potencialidades (PRIETO; MANTOAN; ARANTES, 2006).

Dessa forma, propõe-se que sejam dirigidos a todos os professores da rede pública municipal cursos de formação para que estes possam trabalhar com alunos que possuem necessidades especiais, já que, o trabalho com estes alunos não deve se limitar apenas ao contra-turno, mas deve ser uma prática efetiva em todos os segmentos educacionais.

Quanto aos requisitos para o aluno frequentar o AEE, as entrevistadas afirmaram que:

O primordial é ele estar matriculado no ensino regular e que seu domicílio seja próximo ao local onde funciona o AEE, para auxiliar na sua mobilidade, os encontros ocorrem 03 vezes por semana sem que prejudique o aluno no ensino regular, em geral, são de 04 a 08 alunos por sala (P1);

É importante que a criança seja matriculada na educação regular e que more perto do local do AEE, as aulas do contra-turno ocorrem em turmas pequenas, não sendo em todos os dias da semana (P2).

As duas entrevistadas relatam a necessidade da criança estar matriculada no ensino regular, tendo em vista que os AEE's funcionam em período contra-turno, sendo os alunos atendidos da própria escola, seguindo as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (2009), que preceituam que na escola comum o Atendimento Educacional Especializado deve

ser ofertado em salas de recursos multifuncionais, conforma a necessidade da clientela em contra-turno.

Questionadas sobre os principais desafios no trabalho com o AEE, as professoras definiram que:

Alguns professores não aceitam as visitas por falta de conhecimento do AEE e também a família encontra certa dificuldade em aceitar as necessidades especiais do filho e a necessidade de um ensino adequado para ele (P1).

Muitas famílias ainda têm uma visão negativa sobre o filho com necessidade especial, como se ele não tivesse capacidade de aprender, mas essa visão, a escola vem tentando mudar, principalmente, porque são crianças extremamente inteligentes, em sua maioria, com grandes talentos, precisando apenas de uma maior atenção (P2).

As duas entrevistadas relatam a resistência inicial de educadores e da família quanto o trabalho do AEE, demonstrando que a concepção de Educação Especial Inclusiva vem sendo introduzida de forma gradual na realidade educacional e que a existência do Atendimento Educacional Especializado demonstra que há uma preocupação em incluir os sujeitos com necessidades especiais dentro da rotina escolar, dando-lhe possibilidades de crescimento não apenas pessoal, mas também profissional.

A desmistificação da ideia de que pessoas com deficiência são “inválidas/incapacitadas” auxilia, de forma significativa, na maior compreensão de alunos e professores no processo de inclusão educacional na Educação Regular. A existência de necessidades especiais ou deficiências não retira deles a capacidade criativa, a busca por objetivos, a luta pela independência e autonomia apesar das limitações existentes.

Quando crianças e adolescentes acompanhados pelos AEE's são estimulados a produzirem cultura e conhecimento, através de atividades lúdicas, aulas temáticas, dentre outras ações, há a intensificação do respeito à diversidade e inclusão, dando-lhes a possibilidade de transformar suas realidades a favor da garantia dos seus direitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um direito básico, fundamental para a vida em sociedade. Atualmente, notamos que a educação tem consigo um grande desafio, que é proporcionar e garantir o seu alcance a todos os indivíduos sem quaisquer distinção. Uma educação inclusiva pode ser inserida em qualquer ambiente escolar, para que isso aconteça, primeiramente deve-se ter interesse e conhecimento a respeito do assunto.

Sabe-se que oportunizar a educação para todos, independente de classe, raça/etnia, gênero, religião, deficiência, tem se constituído num desafio, pois tradicional e hegemonicamente, há grupos que vêm sendo contemplados e beneficiados com a educação nos moldes em que comumente é oferecida.

Nesse sentido, cabe romper com modelos preestabelecidos que privilegiam determinados grupos, deixando à margem, pessoas que também têm o direito à educação, como no caso desse trabalho, os alunos com necessidades educativas especiais, nosso objeto de estudo.

O que comumente se percebe nas escolas regulares é que esta tem encontrado dificuldades em desenvolver sua função social, tanto em relação aos alunos sem ou com deficiência. Quanto a estes, a situação se agrava, pois, em geral, são colocados nas salas de aula e esquecidos em meio a uma cruel invisibilidade a que lhes é destinada.

No tocante ao Atendimento Educacional Especializado, percebe-se que é uma alternativa de oferecer uma educação voltada para a realidade, necessidades e potencialidades de alunos com deficiência que precisam de um apoio maior no que tange ao seu processo de aprendizagem. Para isso, no entanto, é fundamental que se tenha a clareza de que todos são capazes de aprender e de também ensinar, embora precisem de tempo e condições de aprendizagens diferenciadas.

Com a realização deste estudo, percebe-se o quanto as professoras se dedicam em suas práticas pedagógicas, como forma de incluir os alunos que precisam de um atendimento educacional especial, por mais que estes sejam excluídos da sociedade. Daí, surge o questionamento sobre se de fato a formação inicial e continuada dessas profissionais as subsidiam na sua prática pedagógica.

De todo modo, foi possível notar o envolvimento das professoras com o seu trabalho no sentido de propiciar situações de aprendizagem, respeitando o ritmo, as necessidades e as potencialidades de cada aluno.

Ao concretizar a pesquisa foi possível notar também, que por vezes, o preconceito surge dentro da própria casa do aluno especial, em que os familiares que deveriam ser os principais motivadores da inclusão, acabam, por receios de expor seus parentes, os matriculando em uma escola regular, sem que as suas potencialidades sejam trabalhadas, fazendo com que eles sejam mal tratados, principalmente por muitas pessoas que ainda desconhecem o seu potencial de aprender e ensinar, tratando-os como incapazes.

Nesse sentido, percebe-se a necessidade de maiores esclarecimentos acerca da capacidade cognitiva de todos os alunos, com ou sem deficiência, integrantes da sociedade. Portanto, o que se deve fazer, principalmente, é conscientizar a comunidade sobre a importância do AEE, sua função e contribuições. Pois, promover a inclusão nada mais é que fomentar o acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade. Sociedade esta que deve estar informada sobre a diversidade humana e aceitação dos diferentes e de suas diferenças.

REFERÊNCIAS

ADAMI, Anacleide Sobral et al. **Aspectos históricos da pessoa com deficiência**. Educere. Vol. 1. nº 1. Cascavel: jan/jun, 2006.

ALCÂNTARA, Ramon Luis de Santana. **A ordem do discurso na educação especial**. São Luís: EDUFMA, 2013.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos**. V. 5. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 20/01/2015.

_____. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, 2005.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília: MEC, 2007.

_____. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. In: **Inclusão: Revista da Educação Especial.** v.4, nº. 1, p.7-17. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP. 2009.

_____. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: segregação / integração do aluno diferente.** 2ª ed. São Paulo: Educ., 2004.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico.** Trad. Maria Thereza R. de C. Barroso. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CENSO ESCOLAR. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>, acessado em: 04/04/2013.

FERREIRA, Júlio Romero. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

GLAT, R. **Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental.** Rio de Janeiro: Editora Agir, 1989.

_____. **A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão.** Rio de Janeiro, Sette Letras, 1995.

ISAIA, S.M. de. Desafios à Docência Superior: pressupostos a considerar. In: RISTOFF, D.; SEVEGNANI, P. (Org.). **Docência na educação superior.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

MANTOAN, M. T. É. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

_____. E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

MEC, Ministério da Educação e Cultura. **Declaração de Salamanca.** 1994.

MENDES, E. G. **Formação de professores para a inclusão escolar:** instituindo um lugar de conhecimento. In: ALMEIDA, Maria Amélia; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Inocentem. **Temas em Educação Especial: conhecimentos para fundamentar a prática.** São Carlos: Junqueira Marin. 2008

PIETRO, Rosângela Gavioli; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; ARANTES, Valéria Amorim. **Inclusão escolar:** pontos e contra pontos. São Paulo: Summus, 2006.

ROPOLI, Edilene Aparecida et. al. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. **Formação Continuada a Distância de professores para o Atendimento Educacional Especializado – Escola Comum Inclusiva.** Brasília, 2010.

SILVA, Danielle Aline Ramos de Sousa. **Uma análise sobre a educação especial nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) da rede pública de ensino do município de Grajaú.** Grajaú: Universidade Federal do Maranhão, 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. Ministério de Educação e Ciência. **Declaração de Salamanca e Quadro de Ação para as necessidades especiais adotada pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais:** acesso e qualidade. Espanha: 1994.

APÊNDICE A: Questionário

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – CAMPUS GRAJAÚ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS - GEOGRAFIA
ACADÊMICA: NAIARA ALMEIDA RIBEIRO**

QUESTIONÁRIO**I - DADOS PESSOAIS:**

1. Sexo: () Masculino () Feminino
2. Idade: _____
3. Cidade de origem: _____

II – FORMAÇÃO:

1. Nível:
 Médio Superior incompleto Superior completo
 Pós-Graduação em Educação Especial Pós-Graduação em outra área
 Outra Especifique: _____

2. Área:

-
- Geografia
-
- Outra Especifique: _____

III – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

1. Nível:
 Ed. Infantil Ens. Fundamental (1º ao 5º ano)
 Ens. Fundamental (6º ao 9º ano) Ens. Médio
 Ens. Superior

2. Tempo de experiência no/s nível/is de ensino:

3. Modalidade:

-
- Ed. Especial
-
- Ed. de Jovens, Adultos e Idosos
-
-
- Ed. Indígena
-
- Ed. Quilombola

4. Tempo de experiência na/s modalidade/s de ensino: _____

5. Qual sua formação? _____
6. Participa das reuniões de planejamento do aluno que você atende na APAE?
() Sim Não ()
7. A sala do APAE representa condições físicas adequadas?
() Sim Não ()
8. Você acha que a escola pública está de fato preparada para receber e favorecer a aprendizagem dos alunos do APAE?
() Sim Não ()
9. Os pais, alunos e professores do ensino regular participam do trabalho educativo dos alunos do APAE?
() Sim Não ()
10. Você se sente a vontade, entusiasmada na realização desse trabalho com alunos especiais?
() Sim Não ()
11. O município apoia o trabalho educativo na APAE Grajaú-MA?
() Sim Não ()

APÊNDICE B: Entrevista**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – CAMPUS GRAJAÚ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS - GEOGRAFIA
ACADÊMICA: NAIARA ALMEIDA RIBEIRO****ENTREVISTA**

Nome:

Formação:

- 1 Como é realizado o planejamento voltado para o AEE?
- 2 Como ocorre a avaliação da turma?
- 3 Como é sua relação enquanto educadora no AEE?
- 4 E quanto aos materiais pedagógicos utilizados?
- 5 Como ocorrem as aulas no AEE?
- 6 Como se dá a atuação dos profissionais que trabalham no AEE?
- 7 Quais os requisitos para o aluno frequentar o AEE?
- 8 Quais os principais desafios no trabalho com o AEE?

APÊNDICE C: Fotos da Sala de Atendimento Educacional Especializado Tia Maria Feitosa



Decoração da Sala Tia Maria Feitosa



Decoração da Sala Tia Maria Feitosa



Jogos e brincadeiras desenvolvidas na sala Tia Maria Feitosa



Jogos e brincadeiras desenvolvidas na sala Tia Maria Feitosa